aurum
Revista Multidisciplinar

ISSN: 3085-7783

ARRUMADORES NA NARRATIVA DO DESENVOLVIMENTO DE IMPERATRIZ-MA

ARRUMADORES IN THE NARRATIVE OF THE DEVELOPMENT OF IMPERATRIZ – MA

https://doi.org/10.63330/armv2n11-015

Submetido em: 13/11/2026 e Publicado em: 18/11/2026

ARM: e262658

Ramon Santos Lopes
Licenciado em Ciências Humanas - Sociologia
Universidade Federal do Maranhão
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-5579-9016

Resumo

O artigo analisa o apagamento histórico dos trabalhadores negros na formação socioeconômica e urbana de Imperatriz-MA, tomando como objeto de estudo a trajetória do Sindicato dos Arrumadores de Imperatriz (SAI). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico-teórico, articulada a um estudo de caso instrumental, que busca compreender a participação dos arrumadores na dinâmica econômica, política e cultural do município, bem como problematizar sua ausência nas narrativas historiográficas locais. Metodologicamente, desenvolve-se uma análise interpretativa de obras do pensamento social brasileiro e dos estudos sobre relações raciais, articulada à investigação de registros históricos e informações sobre a atuação do sindicato. Os resultados evidenciam que os arrumadores, majoritariamente negros, desempenharam papel fundamental na circulação de mercadorias pelo Rio Tocantins e na consolidação econômica da cidade. Identifica-se, ainda, que o SAI ultrapassou as reivindicações trabalhistas, constituindo espaços de articulação política, solidariedade, lazer, práticas culturais e acesso a direitos sociais. Conclui-se que o apagamento desses trabalhadores nas narrativas oficiais expressa desigualdades raciais na produção do conhecimento histórico, tornando necessário reconhecer o protagonismo negro e suas formas de organização como elementos constitutivos da história de Imperatriz.

Palavras-chave: Associativismo negro; Historiografia; Imperatriz-MA; Memória social.

Abstract

This article analyzes the historical erasure of Black workers in the socioeconomic and urban development of Imperatriz, Maranhão, focusing on the trajectory of the Imperatriz Dockworkers' Union (Sindicato dos Arrumadores de Imperatriz – SAI). It employs a qualitative, bibliographic-theoretical approach, combined with an instrumental case study, to understand the role of these dockworkers in the municipality's economic,

political, and cultural dynamics, while also critically examining their absence from local historiographical narratives. Methodologically, the study integrates an interpretive analysis of works from Brazilian social thought and research on race relations with an investigation into historical records and information regarding the union's activities. The findings reveal that the dockworkers—the majority of whom were Black—played a fundamental role in the circulation of goods along the Tocantins River and in the city's economic consolidation. Furthermore, the SAI extended beyond mere labor demands, serving as a space for political mobilization, solidarity, leisure, cultural practices, and access to social rights. The study concludes that the erasure of these workers from official narratives reflects racial inequalities in the production of historical knowledge, underscoring the necessity of recognizing the agency of Black individuals and their forms of organization as constitutive elements of the history of Imperatriz.

Keywords: Black associativism; Historiography; Imperatriz, Maranhão; Social memory.

1 INTRODUÇÃO

A produção da memória histórica no Brasil não se constitui como um processo neutro ou meramente descritivo, mas como resultado de disputas sociais, políticas, raciais, gênero e de classe que definem quais sujeitos e experiências serão legitimados como parte da narrativa oficial. No interior dessa dinâmica, a população negra tem sido sistematicamente relegada a posições de invisibilidade, tendo suas formas de organização, trabalho e produção de conhecimento frequentemente marginalizadas ou apagadas. Tal processo não ocorre de maneira aleatória, mas está profundamente ligado às estruturas históricas do racismo brasileiro, que operam tanto no plano material quanto simbólico.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar como a história e a memória da população negra em Imperatriz-MA foram esquecidas e marginalizadas pela historiografia local, investigando o papel das atividades de trabalho desempenhada pelos arrumadores no cais do porto da cidade e de que maneira tal oficio foi importante para a construção da cidade. Para tanto, busca-se tensionar as narrativas hegemônicas, a partir de autores e autoras negros, que atribuem o desenvolvimento regional exclusivamente às elites econômicas e aos grandes proprietários de terras.

A relevância deste estudo reside na necessidade de questionar narrativas históricas consolidadas, contribuindo para a invisibilização de sujeitos historicamente marginalizados. Ao revisitar a história de Imperatriz-MA sob a perspectiva dos trabalhadores, especialmente dos arrumadores, o artigo busca ampliar o debate sobre memória, poder e produção do conhecimento histórico no Brasil. Além disso, insere-se no campo do pensamento social brasileiro, cuja tradição intelectual tem, entre seus eixos analíticos centrais, a interpretação das dinâmicas estruturais de produção das desigualdades, do racismo e das múltiplas formas de exclusão social.

Do ponto de vista metodológico, o presente trabalho articula uma pesquisa bibliográfico-teórica a um estudo de caso de caráter instrumental. A abordagem metodológica abordada consiste na análise interpretativa das obras de Clóvis Moura (1988), Abdias do Nascimento (1978), Florestan Fernandes (1964), Lélia Gonzalez (1988), Guerreiro Ramos (1996), Sueli Carneiro (2023), além de outros autores(as), visando fundamentar as discussões sobre memória, racismo estrutural e produção historiográfica. A escolha desses autores não é aleatória, mas está fundamentada na centralidade de suas interpretações para a compreensão das relações raciais no Brasil, especialmente no que se refere à produção da memória, à crítica ao mito da democracia racial e à inserção desigual da população negra na sociedade de classes.

Para ilustrar e dar materialidade às formulações teóricas, utiliza-se como recurso empírico o estudo de caso do Sindicato dos Arrumadores de Imperatriz (SAI), criado em 1960, sendo a primeira forma de organização negra identificada no município até o momento, fundada por homens e mulheres negros. A análise desse caso opera como um dispositivo analítico para tensionar as categorias teóricas mobilizadas, articulando a história local às narrativas mais amplas sobre memória e resistência negra no Brasil.

O artigo está organizado em duas seções principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, intitulada “quem escreve a história? memória e poder na produção do conhecimento histórico no brasil”, realiza-se o adensamento teórico-conceitual sobre raça, memória e produção do conhecimento. Em seguida, na segunda, "pelas mãos dos arrumadores: trabalho, agência negra e reexistência em Imperatriz-MA", analisa-se o caso empírico do Sindicato dos Arrumadores, demonstrando como a organização dos trabalhadores negros na década de 1950 constitui um dispositivo central de contra memória e resistência no contexto urbano local.

2 QUEM ESCREVE A HISTÓRIA? MEMÓRIA E PODER NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NO BRASIL

A história do Brasil construída pelas classes dominantes nunca colocou a pessoa negra como agente fundamental nesse processo, mas numa posição de subalternidade. O objetivo sempre foi culminar no projeto de uma elite patriarcal, eurocêntrica e branca, então toda produção de conhecimento também foi direcionada para isso. A escrita da história oficial seguia dois caminhos, de um lado tinha-se os colonizadores e as elites políticas como os únicos responsáveis pelo progresso e civilização, e do outro deixando a população negra e indígena às margens das narrativas, tirando sua agencia enquanto sujeitos fundamentais na história e sua importância na produção dos saberes. Isso nos impulsiona a refletir que nenhuma história ela é neutra e imparcial, sempre está direcionada para privilegiar o objetivo do grupo mencionado anteriormente.

Para esclarecer e compreender o quão violento e profundo é esse silenciamento intencional, recorremos aos saberes produzidos por Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. As intelectuais desmistificaram a

natureza ideológica dessas neutralidades acadêmicas e demonstraram a maneira como o racismo brasileiro atuou e ainda atua no campo simbólico e cognitivo, culminando na perpetuação de uma história que privilegia a branquitude.

Segundo Gonzales (1988), a autora demonstra de forma concisa como a cultura e a historiografia dominante construiu uma imagem totalmente estereotipada e também infantilizada da pessoa negra, sendo essa construção presente ainda nos debates atuais e também no ensino de história da educação básica. Isso confirma a maneira como a história tratou o negro, como sujeito sem agencia, ou seja, alguém que não consegue mais agir autonomamente, colocando o branco como responsável por isso e até por narrar suas histórias. Na visão hegemônica que se predomina quando o negro é citado no processo histórico, sua condição é relegada somente a força de trabalho braçal ou apenas como sujeitos que são totalmente passiveis de serem colonizados

> A África é o continente "obscuro", sem uma história própria (Hegel); por isso, a Razão é branca, quanto a Emoção é negra. Assim, dada a sua "natureza sub-humana", a exploração socioeconômica dos americanos por todo o continente é considerada "natural". (p. 77)

No trecho em destaque, Gonzalez nos mostra que essa narrativa foi propagada por pensadores ocidentais, como Hegel, nas universidades e isso impulsionou o surgimento e a perpetuação de uma forma de olhar negativa sobre o negro na sociedade. Ainda de acordo com a autora, essa maneira de narrar a história oficial operou como um mecanismo de repressão e de negação da história negra. Isso se deu pelo apagamento que ocorreu de maneira violenta, como destaca nesse trecho

> Sabemos o quanto a violência do racismo e de suas práticas despojaram-nos do nosso legado histórico, da nossa dignidade, da nossa história e da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosófico, científico, artístico e religioso; o quanto a história dos povos africanos sofreu uma mudança brutal com a violenta investida europeia, que não cessou de subdesenvolver a África; e como o tráfico negreiro trouxe milhões de africanos para o Novo Mundo. (p. 77)

Seguindo essa linha crítica da produção de conhecimento, de acordo com Carneiro (2023), essa foi e ainda continua sendo até hoje uma das mais violentas formas de epistemicídio, sendo uma das consequências mais perversas de um sistema que privilegiou a branquitude (Bento, 2022) em todos os aspectos, constatando que

> O epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (p. 88-89)

Observa-se que, como declara Sueli Carneiro, o epistemicídio é uma forma de aniquilar sistematicamente a capacidade intelectual, de todos os saberes, das memórias e, principalmente, da subjetividade do povo negro. A posição de alguém com racionalidade e agência histórica é relegada, sendo o campo da historiografia um dos locais em que essa forma de apagamento se manifesta, desqualificando as fontes, registros e formas de organização negra como é o caso dos sindicatos, associações, grêmios, locais estes que a população negra se organizava e ainda se organiza para lutar por direitos sociais.

Com isso, esse apagamento sistemático da memória e das lutas da população negra não foi porque não quiseram guardar documentações que comprove a presença negra, mas sim por uma proposta consciente de manter uma hierarquia de poder entre raça e classe, sendo o gênero atravessado por todas essas questões. Ao passo que a população negra é privada do conhecimento das lutas do seu povo, o racismo estrutural perdura e transmite a sensação de que nunca houve articulação entre essa classe para lutar.

Pensando na discussão sobre articulação negra, é possível compreender que essa noção também é fruto da ideologia do mito da democracia racial, sendo essa maneira, por meio da difusão de que havia harmonia entre raças e que não tinha barreiras raciais pautadas na cor, uma tentativa de silenciar a violência que acontecia no Brasil. Além disso, essa ideia também serviu para mascarar que no pós-abolição houve uma plena libertação da população escravizada. Entretanto, como relata Bento (2022),

> O discurso europeu sempre destacou o tom da pele como a base principal para distinguir status e valor. As noções de “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens” e “primitivos” evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro nos grandes momentos de expansão territorial da Europa. (p. 28)

A autora permite que possamos refletir sobre o que de fato era levado em consideração para tanta invisibilização e que a ideia de democracia racial nunca existiu, foi somente mais uma forma das formas cruéis de epistemicídio. Ainda pensando essa falsa integração do negro no discurso da democracia racial, Fernandes (1964), após a abolição em 1888, o negro ficou sujeito a voltar para a condição de trabalho que tinha, pois não havia outras formas de trabalho, isso não foi pensado para de fato “libertar” o negro da posição que estava

> A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse da destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepara-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho (p. 29)

Não houve reparação, o sujeito somente foi jogado na sociedade, nesse momento os grupos negros passaram a entrar em ação e também a surgir novas organizações para integrar o negro numa sociedade que

só queria sua mão de obra e nisso ia tudo do seu ser, pois ficavam relegados somente à essa condição. Houve financiamento da mão de obra de imigrantes, pois não queriam pagar para aqueles de quem só retiravam a força física, então a população negra passou a ocupar trabalhos desvalorizados, informais e que exigiam fisicamente, um desses serviços eram nos portos, o negro foi colocado em segundo plano para ser utilizado posteriormente de maneira sucateada, bem como também se aproveitando das fragilidades causadas por um sistema perverso.

Contudo, é importante que se compreenda o negro para além desse sujeito que ficou as margens, isso ocorreu, mas também ocorreu formas de organização e de mobilização. De acordo com Ramos (1996), destaca que o negro é uma força viva que foi e ainda é muito importante para a sociedade brasileira, pensando a capacidade de agencia negra e sua relevância na estrutura econômica, política e social do país, criticando que é necessário que pensemos o negro como um ser ativo na construção da história, ou seja, ele deve ser o ponto de partida para de fato compreender o Brasil. O autor passa a analisar a sociedade, assim como o seu contemporâneo Abdias Nascimento, não olhando para o negro como o "outro", mas partindo da posição de um sujeito negro com agencia.

Pensar dessa maneira nos traz uma ótica sobre os debates raciais no Brasil, pois ao se reconhecer como parte do processo o indivíduo passa a compreender e observar o racismo estrutural brasileiro. Só é possível de fato reconhecer e debater profundamente essas questões quando há uma tentativa de se colocar no lugar no negro, mesmo que jamais sinta o que um negro sente na pele.

No ponto de vista do Nascimento (1978), entendia o mito da democracia racial como um mito genocida, pois servia para disseminar uma tecnologia de dominação que tentava desmontar a identidade negra ao destacar que "o objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial" (p.94). Socialmente, trabalhos como a dos arrumadores nos portos era vista como uma profissão sem prestigio social, pois nela exigia força física, algo que, pensando o pós-abolição, pessoas brancas não exerciam, tal forma de violência propagava a marginalização do corpo negro. Portanto, havia uma dupla violência, de um lado era uma exclusão econômica drástica e do outro um mito que, por meio do discurso ideológico, negava a existência do racismo, impossibilitando não somente que isso fosse denunciado e criassem formas de reparação, mas também que as pessoas não conhecessem o legado de trabalhadores como, por exemplo, os dos estivadores e/ou arrumadores dos portos.[1]

[1] Na cidade de Imperatriz-MA os estivadores são conhecidos como Arrumadores. De acordo com Simões (2017), a categoria é dividida em várias funções como estivador, arrumador e carregadores, não significam a mesma coisa, os nomes vêm das atividades desempenhadas. Em Imperatriz usam o termo Arrumador, aquele que organiza as cargas, mas também são chamados de Estivadores e isso é uma junção especifica da cidade que até o momento desse trabalho não se tem a explicação do motivo.

A população negra nunca foi mero objeto passivo de dominação, a marginalização e exclusão da historiografia mais tradicional pode até ter apagado, mas as narrativas daqueles que lutam por manter a memória viva continua. Ao longo da história houve a contínua criação de tecnologias para sobrevivência, formas de solidariedade e articulação política criadas para e pela população negra. Moura (1988), ao criar o conceito de práxis negra, nos propõe refletir sobre a consciência da ação histórica e transformadora que o povo negro sempre teve no Brasil. O autor destaca que durante o Império, algumas instituições atuavam a favor do Estado, sendo usado como aparelhos ideológicos que produziam uma narrativa que justificaria a escravidão e blindava os privilégios da elite senhorial. Assim como outros autores já mencionado, Clovis Moura rebate o mito da democracia racial, esclarecendo que esse sistema foi criado para que pessoas negras não tivessem prestigio social e poder, sendo a sociedade organizada de modo a privilegiar os brancos.

A perspectiva Mouriana enfatiza a recusa da passividade negra e declara que houve repostas coletivas organizadas para garantir a presença negra em suas próprias instituições, como é o caso do Sindicato dos Arrumadores de Imperatriz. Esse sindicato não disputou somente a melhoria nas condições materiais de trabalho e remuneração dos seus, mas criaram história que permanece viva na memória dos mais velhos. Essa memória vai de encontro desafiando a historiografia oficial e a local, evidenciando que a narrativa de progresso são fruto apenas das elites. Ao registrar suas lutas, suas lideranças e suas formas coletivas de trabalho, os sujeitos negros inscrevem sua agência na história do município, transformando a memória em uma ferramenta viva de resistência e de reexistência.

Portanto, longe de constituir um fenômeno isolado ou descolado das lutas nacionais, a emergência de associações e sindicatos negros no interior do país, como no contexto de Imperatriz-MA a partir da década de 1950, deve ser lida como a manifestação concreta da práxis negra. Essa noção nos proporciona analisar o SAI não somente como um grupo de profissionais, mas como um registro de afirmação política e de manutenção da memória negra na cidade.

3 OS ARRUMADORES: TRABALHO, AGÊNCIA NEGRA E REEXISTÊNCIA EM IMPERATRIZ-MA

A reconstituição da história de Imperatriz-MA entre as décadas de 1950 e 1960 exige descentrar o olhar das narrativas tradicionais e voltar a atenção para o chão do trabalho e para a beira do rio. Durante o período em que a cidade permanecia relativamente isolada dos grandes centros urbanos do país por vias terrestres, o Rio Tocantins era o principal eixo de conexão comercial, escoamento de produção e abastecimento local. Nesse cenário, a movimentação das mercadorias que impulsionavam a economia regional, tais como o arroz, o babaçu e a madeira, dependia de uma atividade laboral “bruta”, exaustiva e predominantemente braçal, como a que era desempenhada pelos arrumadores.

Nesse esteio, no meio desse crescimento acelerado da cidade, as atividades portuárias, a época realizada no que viria a ser o cais do porto de Imperatriz, era feita por homens, em sua maioria negros, que tinham a função de carregar e descarregar, organizar e ensaca as mercadorias nas embarcações, com jornadas de trabalho árduo. Contudo, a despeito de sua relevância estruturante para a consolidação de Imperatriz como polo econômico regional, essa categoria vivenciava uma rotina de acentuada precariedade, marcada por desvalorização e péssimas condições de trabalho no local, pois a prefeitura da cidade não organizava o espaço de modo a deixar mais trafegável e segura.

Essa realidade empírica reflete diretamente a categoria sociológica da integração marginal formulada por Fernandes (1965) ao destacar que

> A participação marginal e improfícua nos papéis socioeconômicos de real importância estratégica excluía o negro como “agente” ou como “beneficiário” do crescimento urbano. Essa exclusão, por sua vez, acentuou e agravou o isolamento econômico, social e cultural do negro, aumentando sua dependência e, provavelmente, o seu apego a uma herança sociocultural imprópria e desvantajosa. (p. 86-87)

Algo a se discutir sobre esse pensamento do autor com relação à dependência do negro a uma herança sociocultural imprópria e desvantajosa e relacionar com o Sindicato dos Arrumadores de Imperatriz (SAI) é possível demonstra que os filhos dos arrumadores não davam continuidade ao serviço desempenhado pelos seus pais e avós, pois eles queriam que seus filhos não trabalhassem no pesado tal qual eles. Essa é uma das questões na literatura do autor que não condiz com a realidade, pois não se tratava de apego, mas sim da própria maneira como o Brasil se estruturou, deixando como única opção empregos exaustivos, mas que na geração seguinte essa realidade já apresentava mudanças como é o caso do SAI e isso foi realidade e ainda é em várias formas de trabalho.

Com o início da construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-010) em 1958 e a consequente intensificação dos fluxos migratórios rumo ao Sul do Maranhão, a demanda pelo trabalho de transporte de cargas sofreu uma rápida expansão. Todavia, longe de significar uma ascensão social automática, o crescimento econômico da localidade aprofundou as assimetrias. Se a historiografia tradicional de Imperatriz consagrou nomes de elite e figuras empresariais como os "precursores do progresso”, ela o fez ocultando o fato de que a infraestrutura e o abastecimento da cidade eram erguidos, literalmente, ombro a ombro pelos arrumadores.

É aqui que a crítica de Ramos (1996) ganha concretude. Ao recusar a perspectiva que trata o negro como mero "objeto passivo" ou "problema social”, compreende-se que esses trabalhadores portuários e urbanos de Imperatriz não eram vítimas inertes da engrenagem capitalista. Pelo contrário, constituíam a própria força viva que viabilizava a circulação de riquezas na região. A invisibilidade a que foram submetidos na historiografia local revela o funcionamento de uma hierarquia racial que busca privar o

trabalhador negro de seu papel de sujeito ativo da história. Reconhecer a centralidade dos arrumadores na década de 1950 é, portanto, o primeiro passo para desconstruir o mito do desenvolvimento como concessão das elites e situá-lo como fruto do trabalho e da existência da população negra.

Frente a um cenário marcado pela precarização do trabalho e pela ausência de amparo estatal, os trabalhadores de Imperatriz tentavam procurar melhorias de trabalho, pois o trabalho portuário já existia na cidade desde a década de 1940, mas não de maneira organizada. Na virada da década de 1950 para 1960, a emergência do Sindicato dos Arrumadores de Imperatriz (SAI), liderado por figuras como o casal Severino Silva e Simplícia Silva, marcou a consolidação de um modelo refinado de associativismo negro no sudoeste Maranhense, as fontes orais mais antigas do sindicato atestam que Severino veio de São Luís-MA para Imperatriz com a finalidade de fundar o local e que logo voltaria. Entretanto, foi convencido pelos(as) trabalhores(as) a ficar na cidade e assim permaneceu, construindo história na luta por direitos trabalhistas. A formação da entidade, impulsionada pelos fluxos migratórios e pelas demandas do trabalho portuário e urbano, revelou a capacidade dessa categoria de organizar a própria rotina laboral e construir espaços de representação política.

A criação do SAI constitui uma demonstração viva da práxis negra, conceito formulado por Moura (1988) para designar a ação histórica, consciente e transformadora da população negra. Ao reunirem centenas de associados majoritariamente negros, os arrumadores de Imperatriz recusaram a passividade e utilizaram a ferramenta sindical para tensionar as relações de poder locais, conquistar direitos trabalhistas e intervir diretamente na dinâmica urbana do município. A atuação de lideranças como Severino Silva, que estabelecia diálogos diretos com o poder público e com redes sindicais da capital São Luís e de outras localidades da região, mesmo durante o período de censura da Ditadura Militar, evidencia o alto nível de articulação e agência política do movimento.

A instituição promovia bailes negros, organizou o time de futebol Cavalo de Aço com sua primeira formação composta por estivadores, foram um dos principais responsáveis pela chegada da sede do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) na cidade na década de 1970. Conforme noticiado pelo jornal O Progresso em 1970, ao registrar o pagamento de salário-família intermediado pelo SAI a mais de uma centena de trabalhadores, o Sindicato garantia a reprodução material, o lazer, a dignidade e a cidadania de seus membros.

Portanto, o Sindicato dos Arrumadores de Imperatriz articulou solidariedade, cultura, direito e proteção comunitária. Ao invés de um mero agrupamento profissional, o SAI configurou-se como um local de resistência e de reexistência negra, demonstrando que a organização trabalhadora no interior do Maranhão foi agente decisiva na produção da cidade e na garantia do mínimo existencial para a população que era tratada de maneira subalternizada.

A despeito da irrefutável centralidade socioeconômica, política e cultural dos arrumadores para a formação urbana de Imperatriz, a historiografia regional hegemônica construiu uma narrativa fundada no silenciamento dessas experiências. Ao examinar as obras de referência sobre a memória e a história econômica do município, tais como as produções de Adalberto Franklin (2005; 2008) e Edelvira Marques de Barros (1972; 1993), constata-se a exaltação sistemática das elites empresariais, dos grandes comerciantes e dos "pioneiros" como os únicos responsáveis pelo progresso local. O trabalho braçal do porto no Rio Tocantins, a organização dos trabalhadores negros e a própria existência do Sindicato dos Arrumadores surgem menções com pouca importância ou são omitidos dos registros históricos oficiais e das páginas dos jornais de época.

Esse apagamento historiográfico não se configura como um mero desconhecimento da memória dos arrumadores locais ou negligência metodológica, mas sim como a manifestação concreta do epistemicídio, categoria conceituada por Sueli Carneiro (2023). Ao negar aos trabalhadores negros do SAI o status de sujeitos de conhecimento, de agentes políticos e de produtores da história local, a narrativa hegemônica promove uma forma de aniquilamento simbólico de seus saberes, trajetórias e intelectualidades cotidianas. Conforme adverte Lélia Gonzalez (1988), o racismo estrutural opera por meio da privação do discurso, subtraindo da população negra a capacidade de ser narradora de sua própria história, confinando a uma posição caricata ou ao esquecimento deliberado para preservar a hegemonia das elites brancas.

Em suma, mostrar a história do Sindicato dos Arrumadores de Imperatriz é um ato de ruptura epistemológica. Trata-se de demonstrar que a cidade que se ergueu às margens do Rio Tocantins não foi obra de decisões tomadas em gabinetes isolados, mas sim o resultado do suor, da organização política, da solidariedade e da agência histórica de centenas de homens e mulheres negros que exigiram, e conquistaram, o direito de existir e resistir no sudoeste do Maranhão.

4 CONCLUSÕES

O presente artigo buscou investigar e problematizar o processo de apagamento histórico da população negra na formação urbana e socioeconômica de Imperatriz-MA, tomando como ponto de reflexão a trajetória do Sindicato dos Arrumadores de Imperatriz (SAI). Ao longo do trabalho, evidenciou-se que a historiografia regional hegemônica, representada centralmente por obras de referência sobre a memória local, privilegiou uma narrativa “elogiosa”, atribuindo o progresso da cidade de forma quase exclusiva às elites econômicas, aos grandes comerciantes e aos “pioneiros”.

Diante dessa perspectiva simplificadora e excludente, a análise empreendida demonstrou que a atuação dos arrumadores no cais do porto do Rio Tocantins não constituía apenas uma atividade braçal ou periférica, mas o verdadeiro alicerce logístico sobre o qual se ergueu o dinamismo econômico de Imperatriz entre as décadas de 1950 e 1970. Mais do que força de trabalho, os trabalhadores reunidos no SAI

demonstraram capacidade de agência, organização política e solidariedade comunitária. Sob a liderança de figuras emblemáticas como o casal Severino e Simplícia Silva, o Sindicato articulou redes de apoio mútuo, garantiu conquistas trabalhistas em pleno período ditatorial, impulsionou práticas culturais e desportivas e intermediou o acesso a direitos previdenciários e à cidadania material.

Ao fundamentar esse estudo nas premissas do pensamento social brasileiro e das teorias raciais, foi possível qualificar esse apagamento historiográfico não como mero esquecimento aleatório, mas como uma manifestação direta do racismo estrutural e do epistemicídio. As formulações de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez permitiram compreender como a recusa em registrar a ação dos sujeitos negros opera enquanto mecanismo de repressão simbólica e aniquilamento de suas intelectualidades e saberes cotidianos. Por outro lado, o resgate das práticas organizativas do SAI traduz com precisão os conceitos de práxis negra, de Clóvis Moura, e de harmonia falsa, de Abdias do Nascimento, reafirmando a recusa da passividade por parte das populações subalternizadas.

Conclui-se, portanto, que reinserir os estivadores e o Sindicato dos Arrumadores no centro da narrativa histórica de Imperatriz não significa apenas preencher uma lacuna documental, mas realizar um exercício de ruptura dos conhecimentos. Valorizar a história oral, os acervos das famílias dos associados e o protagonismo negro na região do Sul do Maranhão são passos fundamentais para tensionar o mito da neutralidade historiográfica e promover uma reescrita mais justa e plural da história brasileira.

REFERÊNCIAS

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Eu, Imperatriz**. Goiânia: Rio Bonito, 1972.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **História da fundação de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética; Academia Imperatrizense de Letras, 1993.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2005.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

MOURA, Clóvis. **A sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. p. 163-202.

SIMÕES, Elvis Silveira. **No centro e à margem**: a trajetória histórica dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande-RS, entre as décadas de 1950/60. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.